

APÊNDICE III AO TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO nº 01/2021



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO/COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR**

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (Conforme IN nº 40, de 22 maio 2020)

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 A necessidade da contratação encontra amparo na Portaria nº 008, do EME, de 17 de janeiro de 2007, que cria o Curso de Pós-Graduação em Administração Hospitalar para Oficiais; e na Portaria – EME/CEX nº 213, de 25 de setembro de 2020, que define as condições de funcionamento do Curso de Pós-Graduação em Administração Hospitalar para Oficiais, a qual transfere a responsabilidade de condução e contratação do Curso do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), no Rio de Janeiro, para a Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx).

1.2 O referido curso visa habilitar oficiais de carreira para o desempenho de cargos administrativos em Organizações Militares de Saúde (OMS) do Exército.

1.3 Além dos aspectos descritos acima, justifica-se a contratação de uma Instituição de Ensino Superior (IES) tendo em vista a previsão de tal medida administrativa nas portarias de criação e funcionamento do Curso e, ainda, a EsFCEEx não possuir, em seu Quadro de Lotação de Pessoal Militar (QLPM), os cargos/funções de professor-tutor e tutor, profissionais especializados no trabalho de educação à distância, que poderiam conduzir/coordenar o curso EAD, portanto não possui a categoria funcional abrangida pelo seu plano de cargos.

2. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

2.1 Por se tratar de um curso na modalidade de ensino a distância, deve-se prever ao máximo a não utilização de material impresso, priorizando no módulo EAD a utilização do ambiente virtual com documentação digitalizada, links à conteúdos de bibliotecas digitais e exercícios *on line*. As provas ou avaliações deverão ser em ambiente virtual contemplando programas que propiciem a sua solução e correções sem necessidade de impressão.

2.2 A IES a ser contratada deverá seguir as legislações ambientais e de acessibilidade conforme as exigências do Ministério da Educação e demais órgãos de regulação.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1 A IES a ser contratada deverá possuir curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* na área de Administração Hospitalar, em curso regular na modalidade EAD autorizado pelo Ministério da Educação.

3.2 Em levantamento especificado no Item 6., foi verificado a existência de várias contratações similares, inclusive a contratação do curso atual de Administração Hospitalar realizada pelo CEP/FDC, conforme documentação anexa.

3.3 Existem, em âmbito Nacional, diversas instituições de ensino, tanto públicas como privadas, autorizadas e capacitadas ao desenvolvimento do objeto de contratação.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Tendo em vista a imposição legal da Portaria – EME/CEEx nº 213, de 25 de setembro de 2020, não resta outra solução senão a contratação de IES para a aplicação de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Administração Hospitalar, na modalidade à distância (EAD).

4.2 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo.

4.2.1 O curso em Administração Hospitalar, integra a Linha de Ensino Complementar, no grau superior e de pós-graduação *lato sensu* de especialização. Tem duração de 1 (um) curso por ano, com a carga horária mínima de 360 horas na fase EAD (atendimento à legislação Ministério da Educação). A carga horária estipulada para o desenvolvimento completo do curso foi calculada em 446 horas, para uma duração de 61 semanas no total e duração 15 meses, os quais serão distribuídos da seguinte maneira:

- a. os 15 (quinze) meses serão contados a partir do início da primeira disciplina curricular do curso, empregados para o ensino EAD das disciplinas curriculares, inclusive a entrega, por parte dos alunos, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); e
- b. uma semana para aprendizagem em ambiente de trabalho (tipo estágio supervisionado) com 40 (quarenta) horas, em Organização Militar de Saúde (OMS) na guarnição do aluno ou próximo dela, coordenado pela EsFCEx e tendo um relatório da atividade a ser apreciado pela IES contratada.

4.2.2 O presente Curso terá vigência de 15 (quinze) meses, podendo ser prorrogado em mais 1 (um) mês e a contratação deverá ter no máximo 18 (dezoito) meses, a partir da data da assinatura do contrato, com o objetivo de proporcionar o tempo necessário à elaboração da documentação

inicial do curso a ser aprovada pela contratante e após o término do curso para a entrega das obrigações finais e certificados de conclusão.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

5.1 O objeto contempla a contratação de IES para a aplicação de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Administração Hospitalar, na modalidade de Ensino a Distância (EAD). A escolha desse grau de estabelecimento de ensino foi feita por imposição da legislação que regula o curso.

5.2 A demanda de 20 (vinte) oficiais do Exército Brasileiro é imposta pelo Estado-Maior do Exército, o qual fixa os efetivos de alunos a serem matriculados no citado curso, a cada ano. Neste caso, o efetivo foi determinado por intermédio da Portaria nº 347, EME, de 8 de novembro de 2019, que aprovou o Plano de Cursos e Estágios Gerais no Exército Brasileiro para o ano de 2021 (PCE-EB/2021) e a Portaria – DGP/CEX nº 192, de 22 de setembro de 2020, publicada em Separata ao Boletim do Exército nº 40, de 2 de outubro de 2020, a qual distribui as vagas para os Cursos de Especialização, Extensão e Estágios Gerais no Exército Brasileiro (PCE-EB) para o ano de 2021 (anexas a este ETP).

5.3 Os Oficiais Alunos para o curso em tela serão selecionados pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP) e as condições de seleção e matrícula serão divulgadas por intermédio de INFORMEX, com chancela do Comandante do Exército.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

6.1 Foi realizada pesquisa por Painel de Preços, em processos similares (anexo ao processo), e junto a Instituições de Ensino Superior (IES) os quais demonstram a compatibilidade e coerência entre as propostas obtidas, tudo em conformidade com inciso I e IV, do Art 5º, das IN 73, de 5 Ago 2020. Houve por parte de 2 (duas) IES propostas de preços acima dos 30% (trinta por cento) do preço tido como Mediana Superior, os quais foram discriminados na pesquisa de preços mas descartados do cálculo, tudo de acordo com o Inciso II, do Art 4º, da Port 80 Min Justiça, de 22 Jan 2016.

6.2 O preço de referência foi baseado em uma Mediana, em conformidade com inciso IV, do Art 5º da IN 73, de 5 Ago 20. Os estudos para o valor mediano, que deverá ser o valor máximo a constar no Termo de Referência, levaram em consideração a duração do curso, a carga horária máxima e demais peculiaridades do curso em turma fechada a ser construído.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

7.1 Apesar de existirem 13 (treze) Disciplinas Curriculares e 1 (um) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) os mesmos fazem parte de um todo único, ou seja, um único curso. Não há possibilidade ou viabilidade técnica de uma disciplina ser ofertada por uma IES e outra disciplina por uma segunda IES, diferente da primeira. Para tal solução deveria existir, antes do processo de contratação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), um convênio entre duas ou mais IES que já contemplassem tais ofertas de disciplinas e um Certificado de Conclusão de Curso (ou Diploma) único. Tais convênios não foram encontrados no mercado e, mesmo que existam, não garantem ofertar as disciplinas exigidas para o curso em tela.

7.2 Em face do acima exposto, a licitação em tela tem por escopo um objeto único o qual não poderá ser parcelado em itens. Não é possível dividir o Certame em itens, pois os mesmos são inviáveis de serem conduzidos individualmente por IES diferentes uma vez que fazem parte indivisíveis de um único curso.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

8.1 Não se aplica a esta contratação.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

9.1 A contratação deste serviço tem amparo legal na Portaria nº 008, do EME, de 17 de janeiro de 2007, que cria o Curso de Pós-Graduação em Administração Hospitalar para Oficiais; e na Portaria – EME/CEX nº 213, de 25 de setembro de 2020. O planejamento da previsão do curso encontra amparo na Portaria nº 347, EME, de 8 de novembro de 2019, que aprovou o Plano de Cursos e Estágios Gerais no Exército Brasileiro para o ano de 2021 (PCE-EB/2021) e a Portaria – DGP/CEX nº 192, de 22 de setembro de 2020, publicada em Separata ao Boletim do Exército nº 40, de 2 de outubro de 2020, a qual distribui as vagas para os Cursos de Especialização, Extensão e Estágios Gerais no Exército Brasileiro (PCE-EB) para o ano de 2021. O curso em tela possui 13 anos de criação e, desde a sua criação, está inserido anualmente no planejamento do Exército para a sua realização e capacitação permanente de seus quadros. O Curso mudou apenas de Órgão coordenador passando do Centro de Estudos de Pessoal e forte Duque de Caxias (CEP/FDC), no Rio de Janeiro/RJ para a Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador (EsFCEX/CMS), em Salvador/BA.

9.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

10.1 Com a contratação do objeto licitado, espera-se a especialização de Oficiais do Exército em Administração Hospitalar, habilitando-os para o desempenho de cargos administrativos em Organizações Militares de Saúde (OMS) do Exército.

10.2 Tal contratação otimiza a utilização da mão de obra militar, recursos materiais e financeiros, delegando a especialização *lato sensu* a uma Instituição de Educação Superior capacitada e portadora de toda infraestrutura necessária, deixando para a EsFCEx, a coordenação da realização da semana dedicada ao Estágio Supervisionado do curso.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A contratação dos serviços técnicos profissionais especializados, de uma Instituição de Educação Superior (IES), pela Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), referentes à especialização de pessoal militar, a partir do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Hospitalar, deverá possuir um Instrumento de Medição de Resultados (IMR) adequado ao o cronograma físico-financeiro de execução (previsão de desembolso financeiro), anexos ao Termo de Referência.

11.2 A EsFCEx deverá constituir um Gestor, um Fiscal de Contrato e outros servidores que se fizerem necessários com experiência comprovada e conhecimento acadêmico acerca do curso a ser contratado. Caso não possuam em seus quadros pessoal habilitado, deverá ser previsto a capacitação dos servidores que trabalharão diretamente com o contrato.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

12.1 Por se tratar de um curso de pós-graduação na modalidade de ensino a distância, não há impactos ambientais previstos na contratação em tela. Todavia, com o intuito de reduzir ao máximo a proliferação de resíduos sólidos, deverão ser exigidas nas cláusulas contratuais o uso de tecnologias de materiais digitais e recursos informatizados para aulas, provas e exercícios em ambiente virtual.

13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 A contratação dos serviços técnicos profissionais especializados, de uma Instituição de Educação Superior (IES), pela Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), referentes ao aperfeiçoamento de pessoal militar, a partir do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Administração Hospitalar, se mostra viável, pois atende aos parâmetros de economicidade e eficiência.

13.2 Em face do histórico de contratações anteriores pelo CEP para o curso em tela, bem como de sua aplicação anual desde a sua criação, da aplicabilidade dos recursos humanos e financeiros e da previsão em legislação, é razoável a solução de contratação do objeto em tela.

14. ANEXOS

14.1 Anexo “A” - Relatório de Pesquisa de Preços, datado de 29 de janeiro de 2021;

14.2 Anexo “B” - Cronograma Físico-Financeiro;

14.3 Anexo “C” - DIEx nº 2650-Log/Sec Log Fin/Ch Gab (EB:65337.007102/2020-51), de 21 de agosto de 2020, da Diretoria de Educação Superior Militar;

14.4 Cópia das folhas (2 folhas) capa, 9 e 10 da Separata ao Boletim do Exército nº 47, de 22 de novembro de 2019, a qual traz aprovada e publicada a Portaria nº 347 – EME, de 8 de novembro de 2019, onde consta na letra **h.**, coluna DECEX, subcoluna CEP, Pós-Graduação em Administração Hospitalar - 20 vagas; e

14.5 Cópia das folhas (2 folhas) capa, 3 e 4 da Separata ao Boletim do Exército nº40, de 2 de outubro de 2020, a qual traz aprovada e publicada a Portaria DGP/CEX nº 192, de 22 de setembro de 2020, onde consta no número **1.**, coluna DECEX, subcoluna CEP, Pós-Graduação em Administração Hospitalar - 20 vagas.

Salvador-BA, 26 de fevereiro de 2021.

ANDERSON CARVALHO DE MENDONÇA – Ten Cel
Chefe da Equipe de Planejamento de Contratação